



UM EMBAIXADOR BOTOCUDO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

SILVA, Ana Paula da.
Doutoranda do PPGMS-UNIRIO
anap_almex@yahoo.com.br

FREIRE, J. R. B.
Professor do PPGMS-UNIRIO
bessa_18@hotmail.com

260

Resumo

Na tentativa de garantir seus direitos, indígenas brasileiros utilizaram estratégias distintas como o envio de cartas, representações, abaixo assinados dirigidos aos reis de Portugal, a governadores-gerais, a vice-reis, ao imperador e até mesmo ao presidente da República. Na documentação relativa à Província do Rio de Janeiro existem, ainda, relatos de chefes indígenas que foram à Corte – em Portugal ou na cidade do Rio – reivindicar suas terras usurpadas e invadidas, denunciar violências e abusos sofridos. No contexto de suas interações com o mundo não indígena, colonial ou pós-colonial, os índios instrumentaram-se com os recursos que possuíam para reivindicar seus direitos. O objetivo deste artigo é discutir alguns processos de agenciamentos políticos indígenas, no Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX.

Abstract

Trying to ensure their rights, Brazilian Indians used different strategies such as sending letters, presentations, petitions directed to the Portuguese kings, Governor-Generals, viceroys, the emperor and even to the president. In the documentation related to Rio de Janeiro's province, there are also Indian chiefs reports who have gone to court, in Portugal or in Rio de Janeiro, in order to claim their taken and invaded lands and denounce suffered violence and abuse. In the context of their interactions with the non-Indian world, colonial or post-colonial, the Indians prepared themselves with the resources they had for claiming their rights. The aim of this article is to discuss some intermediation and political Indian processes in Rio de Janeiro, during the first half of the 19th century.

Xe ybypóra nde remimbói amo secóu, apyába carayba atoaçaba toroicó¹.
(Itapucu, In: D'Abbeville, 1614)

Introdução

Essa frase faz parte *harangue*² de Itapucu proferido no Louvre durante a visita dos embaixadores Tupi à Corte francesa, em 1613. Escolhidos por

¹ A frase foi restaurada com a ajuda da linguista Ruth Monserrat.

² Harangue é um tipo de discurso solene, proferido nas assembleias ou diante de uma personagem importante (Daher, 2004).



Principais/Morubixabas (chefes indígenas) da Ilha do Maranhão, os antigo Tupi³ Caripira, Guaraju, Itapucu, Japuai, Manê e Patua foram à França com o missionário Claude d'Abbeville para, entre outros objetivos, homenagear e oferecer seus serviços ao “cristianíssimo rei francês”, além de solicitar a proteção do monarca aos súditos da nova França Equinocial⁴, como registrou D'Abbeville em sua *História da missão dos padres capuchinhos na Atual Ilha de São Luís e terras circunvizinhas*, editada em 1614.

O discurso solene de Itapucu é um raro exemplo, até hoje conhecido, do registro feito por lideranças indígenas em língua nativa, tupinambá, do século XVII. De forma simples e direta, Itapucu agradece ao rei francês o envio de padres e valentes homens para ajudá-los com os homens maus – que tanto poderia ser outros grupos indígenas inimigos quanto os portugueses. No final, o chefe indígena pede ao rei o envio de mais padres “para conhecer as boas palavras de Tupã” e valentes “para ajudá-los com os homens maus”. Se o rei francês enviasse *paí* (padres) e *kyrymbába* (valentes), os indígenas, aliados no Maranhão, seriam servos e compadres dos Caraíbas (franceses).

Registros de oralidade indígena em crônicas dos séculos XVI e XVII foram analisados por Aurore Monod-Becquelin, no artigo “*La Parole et la tradition orale amérindiennes dans les récits des chroniqueurs aux XVI e et XVII e siècles*” de 1984. Através da análise de estilos e transcrições de cronistas que estiveram na América do Sul e do Norte, a autora analisa a atitude dos franceses acerca do registro da “parole et la tradition orale amérindiennes”. A partir de seus estudos, podemos identificar, a exemplo do discurso de Itapucu, vozes indígenas (filtradas, traduzidas) nos discursos recolhidos por cronistas, registrados a partir das seguintes formas:

³ A questão dos etnônimos é bastante complexa e conforme Viveiros de Castro (1993: 32), é “fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius* ameríndio”, bem como da “natureza relativa e relacional das categorias étnicas, políticas e sociais indígenas”. O historiador John Monteiro (2007: 58) diz que a projeção de unidade sobre povos foi um aspecto fundamental na formação de alianças e na determinação das políticas coloniais, servindo não apenas “como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias geralmente enfeixadas num dos polos do inadequado binômio acomodação/resistência”.

Baseando-se na documentação histórica, Carlos Fausto (2000) chama a atenção para o fato dos grupos Tupi da costa brasileira, nos séculos XVI e XVII, constituírem macroblocos populacionais e jamais um bloco homogêneo. Para Renato Sztutman (2012: 146), o etnônimo Tupinambá – recorrente na documentação histórica dos séculos XVI e XVII –, nesse sentido, é vago ou problemático uma vez que está relacionado à multiplicidade de Tupis ocupantes da costa, além dos aliados dos franceses. Por isso, empregamos aqui o termo antigos Tupi, em detrimento ao etnônimo Tupinambá, pertencentes à família linguística Tupi-guarani.

⁴ Como ficou conhecida a última tentativa de estabelecimento de uma colônia francesa no Brasil, mais especificamente no Maranhão, região Norte.



a) O primeiro caso são os relatos registrados em língua fonte (indígena), seguidos ou não de tradução na língua do cronista;

b) O segundo é o registro do discurso em estilo indireto e traduzido, onde os enunciados são explicitamente ouvidos da boca indígena, recolhidos no local e registrados pelo cronista. Neste caso, houve, portanto, um contato real entre indígenas e europeus.

c) O terceiro caso tem o idioma europeu como língua fonte. Alguns termos da língua indígena não têm tradução correspondente na língua estrangeira, mas outros sim.

Monod-Becquelin assinala ainda aquelas informações sobre as circunstâncias de narração, conversas ou caracteres performáticos bastante acentuados na tradição oral ameríndia. Essa comunicação é mais simbólica e essencialmente não verbal, sendo pouco registrada na documentação em questão.

O estudo das memórias e identidades indígenas – tendo como base a análise de seus discursos – no contexto colonial pode ser esclarecedor para se pensar o processo contínuo de inovação cultural, pois é reconhecido o caráter construído das formações e das identidades, bem como o dinamismo das culturas e tradições indígenas. O caso dos embaixadores indígenas na França, sobretudo Itapucu, é bastante elucidativo não apenas para refletir sobre, por um lado, o que Guilermo Wilde (2013) chamou de “circulação atlântica de indígenas” e sua forte participação na produção de redes globais de conhecimento e poder – aspectos ainda pouco evidenciados pela historiografia brasileira –, e por outro, nas estratégias distintas, criadas por indígenas em contextos de interação cultural e política, no período colonial e pós-colonial, especialmente o papel de mediadores e articuladores de algumas lideranças, que a exemplo dos embaixadores indígenas foram buscar uma resposta oficial para os seus problemas, seja na própria colônia ou no além-mar (Europa). Neste sentido, Itapucu foi um precursor. Por isso, é com ele que abrimos este texto, cujo objetivo é dar conta da existência desses mediadores em outra Corte, mais próxima, na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX⁵.

⁵ Esse período é particularmente enriquecedor para a nossa análise por tratar-se de um tempo de grandes transformações sociais, políticas, culturais, que mudaram a história e a geografia do Brasil, em especial a fluminense. No foco dessas transformações está a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.



Entre os mecanismos utilizados pelos indígenas para denunciar abusos e violências, reivindicar direitos, sobretudo no que tange aos seus territórios invadidos, arrendados, usurpados por colonos, sesmeiros, fazendeiros – estão: a sua memória, a apropriação da tecnologia da escrita e da retórica dos não indígenas. De acordo com Mattos (2011: 161), os atores indígenas, conhecedores dos processos locais, se instrumentalizaram com os recursos que possuíam – a memória, no caso mencionado pela autora – deixando o possível lugar de vítimas e assim buscaram uma resposta oficial para os seus problemas nas capitais das Províncias, inclusive na Corte. Encontramos nos arquivos do Rio de Janeiro documentos que dão conta desse movimento.

Algumas questões devem ser postas aqui: Quem são essas lideranças indígenas que vieram à cidade do Rio no século XIX? Como e por que razões vinham à Corte? Quais as expectativas que tinham em ver suas reivindicações atendidas? É possível refletir sobre o cotidiano desses chefes na cidade? O que disseram? Quais foram os desdobramentos de suas reivindicações? Esses são questionamentos que devemos examinar, nas páginas seguintes, enfatizando a paisagem política do período. O objetivo desse artigo, portanto, é refletir sobre o deslocamento de lideranças de suas aldeias ao centro de poder político do país na primeira metade do século XIX para reivindicar seus direitos. A ênfase será dada à análise da atuação de lideranças indígenas como mediadores e articuladores políticos, a partir de relações diplomáticas entre estes e agentes governamentais. Assim, propomos analisar, neste trabalho, o protagonismo e a criatividade indígenas na dinâmica de conflitos e interesses que marcaram o final do período colonial e o início do Brasil Império. A análise abará as informações contidas nos Relatórios dos Presidentes da Província, Relatórios Ministeriais do Império e periódicos de época.

Indígenas e suas estratégias políticas

No século XIX e até no século XX, no Brasil, na tentativa de garantir seus direitos, indígenas de diferentes filiações linguísticas, utilizaram estratégias distintas, como por exemplo, o envio de cartas, requerimentos, representações e abaixo assinados dirigidos aos reis de Portugal, a governadores-gerais, a vice-reis, ao imperador e até



mesmo ao presidente da República. Na documentação relativa à Província do Rio, encontramos, ainda, informações sobre chefes indígenas que foram à Corte – em Portugal ou na cidade do Rio – reivindicar suas terras usurpadas e invadidas, denunciar violências e abusos sofridos, além de estabelecer alianças. É possível recuperar suas palavras, registradas na documentação histórica, recolhidas e transcritas por funcionários do Império e, em certos casos, pela via escrita através de textos redigidos de próprio punho. Essa documentação, no entanto, é de difícil localização nos arquivos.

Nos relatórios do Ministério do Império, por exemplo, encontramos informações sobre a vinda à cidade do Rio de Janeiro de alguns chefes, como Guido Pokrane, liderança dos chamados Botocudos, e o cacique Antonio Prudente da Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. Ambos estiveram em momentos distintos no Rio de Janeiro e conversaram com Dom Pedro II em audiências reais. Diante da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de viajar para a sede do império, os indígenas utilizaram a tecnologia da escrita como estratégia política para dialogar com os agentes do governo. Deste modo, enviaram distintos documentos: requerimentos, representações, cartas, ofícios, entre outros, cobrando providências, buscando uma resposta oficial para a solução de problemas e conflitos.

Foi o que fizeram os chamados Coroados do aldeamento de Nossa Senhora da Glória em Valença, no Rio de Janeiro. Eles enviaram um requerimento, provavelmente datado de 1816, pedindo especialmente a concessão de uma “porção de terreno para o seu estabelecimento”, esbulhado pela criação de uma sesmaria em suas antigas terras (Souza e Silva: 1854). Atendidos em suas reivindicações, porém não livres das ações violentas de sesmeiros e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Glória, esses indígenas enviariam outros dois requerimentos, provável datação de 1817, denunciando violências e perseguições sofridas.

Segundo Carneiro da Cunha (1992: 141-142), apesar da primazia e inalienabilidade do direito dos índios sobre as terras em que viviam – reconhecidos nas duas previsões 8/7/1819 e na própria Lei de Terras de 1850, por exemplo – foram apregoados, no século XIX, diferentes subterfúgios contra esse princípio, favorecendo assim a concessão de sesmarias em terras indígenas, podendo ser arrendadas e aforadas. Os índios eram chamados de errantes, acusados de não terem apego ao território. Eles,



no entanto, contrários ao que se propagava na época, “conservavam a memória e o apego a seus territórios tradicionais”, conforme salienta Carneiro da Cunha.

Um exemplo disso foi processo de medição e demarcação das terras da aldeia de São Lourenço em Niterói, em 1820. Os índios, na figura de seu capitão-mor (José Cardoso de Souza) e do solicitador dos mesmos (Manoel Felix Pereira), protestaram contra o auto de medição. Para isso, o mencionado capitão-mor tinha em mãos uma cópia da certidão de medição da sesmaria do século XVI, escritura por assim dizer, quando as terras foram doadas a Araribóia. Os indígenas sabiam que os limites fronteiriços do auto não correspondiam aos outrora doados ao chefe Temiminó, pois haviam solicitado, em 1802, um comprovante de confirmação da carta de sesmaria dada aos Temiminó da aldeia de São Lourenço. Este fato nos permite supor que os índios de São Lourenço sabiam e se organizaram com os instrumentos – uso de testemunhos orais de pessoas antigas – que possuíam para garantir seus direitos, inclusive através de um pedaço de papel que incorpora o registro legal da posse de terras (Relatório sobre medição de terras na aldeia de São Lourenço – Niterói. APERJ, Fundo: PP, Caixa 117, Maço 5)⁶.

Durante o século XIX, no Rio de Janeiro, observamos que embora os indígenas tivessem fundamentos na legislação para garantir seus direitos territoriais, percebe-se, por um lado, o contínuo avanço de colonos, foreiros, sesmeiros sob os seus territórios – tanto em aldeamentos quanto em territórios habitados pelos chamados Puri, Coroado e Coropó, grupos de pouco contato até o início do Oitocentos – e a consequente expulsão dos indígenas de suas terras. Não são raros anúncios em jornais de época informando venda de terrenos e chácaras em terras indígenas. Em meio à comercialização de escravos, no dia 24 de maio de 1820, o jornal *gazeta do Rio de Janeiro*, anunciava a venda de uma chacara “em S. Lourenço, pegado à Igreja, em terras da Aldeia, com grande extensão de terreno”.

Por outro lado, o espólio dos patrimônios indígenas, sobretudo seus territórios, se deu ainda a partir da incorporação dos mesmos ao patrimônio de vilas recém-criadas. O território indígena do aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí (RJ), apenas

⁶ Alguns manuscritos – incluindo requerimentos enviados por indígenas – sobre os aldeamentos do Rio de Janeiro foram organizados e publicados por Joaquim Norberto de Souza e Silva, no livro *Memórias históricas e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*, editado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RIHGB, em 1854.



para exemplificarmos, foi incorporado ao patrimônio da vila, homônima, após a criação da mesma, como mostra o ofício de 14 de dezembro de 1872, da Câmara Municipal da Villa de Itaguahy “(as terras indígenas) são de propriedade da Câmara e fazem parte de seu patrimônio, por força do Alvará de 5 de julho de 1818 que criou a Villa” (APERJ, Fundo: PP, Coleção 27, Pasta 1, Maço 1, 1864-1888).

Diante do crescente processo de invasão e usurpação de seus territórios e frente às disputas territoriais daí decorrentes, acelerados no século XIX, os indígenas criaram distintas estratégias de permanências, resistências e adaptação inscritas nas “*dinámicas socioculturales que se pusieron en marcha desde el encuentro, así como de los procesos históricos que desembocaron en la formación de mundos nuevos en el Nuevo Mundo*”, como destacou Guillaume Boccara (2002). A partir da documentação, podemos observar mais de perto os mecanismos de recusa, de alianças, criados por atores indígenas na busca por respostas de seus governantes aos problemas vivenciados em seus territórios. Vamos centrar nossa análise no estudo de caso do índio Pokrane, que nos parece bastante ilustrativo.

Pokrane: um chefe indígena na Corte

“*Tendo chegado a esta Côrte o Chefe de huma das tribus de Indigenas da Provincia do Espirito Santo, Guido Pocrane...*”. Foi assim que o Ministro do Império registrou, no ano de 1840, a vinda de uma das lideranças dos chamados Botocudos à sede do Império. A pequena notícia chamou a nossa atenção para o fluxo de lideranças indígenas na sede governamental e suas relações diplomáticas, no caso de Guido Pokrane, estabelecidas com agentes estatais. Mas, quem fora Pokrane e o que fazia na cidade do Rio de Janeiro?

Guido Pokrane, ou Pokrane como ficou mais conhecido, foi um importante e famoso chefe dos Naknenuk⁷, fundamental na política de pacificação dos Botocudos

⁷ Um dos subgrupos dos chamados Botocudos. O etnônimo Botocudo engloba diferentes grupos indígenas, falantes de uma mesma língua, chamados pelos linguistas, contemporaneamente, *Borum* ou *Krenak*. Trata-se de um termo português pejorativo, referente ao uso do adereço labial (botoque) que no século XIX “sacramentava a demonização de sua figura no imaginário nacional”, como explicou Izabel Missagia de Mattos (2004: 30). Para Charlotte Emmerich e Ruth Monserrat (1975) “Aymorés, *Kréns* (também *Guerens*, ou *Grens*) e *Botocudos*” são três designações adotadas em períodos históricos diferentes para grupos indígenas falantes de uma mesma língua, pertencente ao tronco linguístico Macro-



nos sertões do Rio Doce, imposta por Guido Thomaz Marlière, tenente coronel francês, então diretor dos índios em Minas Gerais. O encontro dos dois e a posterior amizade teve início quando Marlière foi para o vale do Rio Doce, após ser nomeado inspetor de todos os postos das Divisões Militares do Rio Doce, em 1821 (Aguiar, 2012: 279). Pokrane tinha entre 24 e 25 anos quando conheceu Marlière e por este foi apadrinhado (FERRAZ, 1855).

Ao lado do tenente coronel francês, Pokrane⁸ batizou-se, foi feito chefe de seu grupo e soldado da 4ª Divisão Militar do rio Doce, período em que organizou uma aldeia no rio Manhuaçu – tributário do rio Doce pela margem sul. Na documentação de época, Pokrane é descrito como um homem alto, ‘bem figurado’, cabelos negros, de andar rápido, fiel à sua palavra e leal em seus contratos (Ferraz, 1855: 430). Poderoso feiticeiro, renomado xamã, diríamos em uma linguagem mais atual, Pokrane é mencionado por autoridades militares como exemplo disciplinar a ser seguido (Mattos, 2004: 145). O próprio chefe indígena castigava militarmente os Botocudos, nos ‘trancos de campanha’, que não quisessem trabalhar.

Como mediador cultural e articulador indígena, Pokrane conseguiu sufocar rivalidades existentes entre os seus e diferentes grupos indígenas, reunindo um número considerável de pessoas sob seu comando. Intérprete de Marlière, conforme destacou Ferraz (1855: 428) “foi Pokrane o seu braço direito na gerencia de tudo quanto respeitava à alliciação dos indígenas”. O chefe indígena também foi responsável pela ‘trégua’ nos conflitos entre os chamados Botocudos do rio Doce do sul (em Minas Gerais) e os não indígenas na região.

Movia guerra aos Puri da porção meridional da bacia do rio Doce, fato que desagradava profundamente Marlière, como mostra um ofício do tenente coronel, datado de 1825.

O capitão Guido Pokrane, sahio de Cuyaté com os outros Indios do Sul alli rezidentes a atacarem os Puriz, apesar de quantas

Jê. Eles habitavam uma região conhecida, nos Oitocentos, como Sertões do Leste, uma extensa faixa territorial entre os atuais estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

⁸ O nome cristão Guido lhe foi dado por seu padrinho homônimo Guido Thomaz Marlière. Segundo Marlière, em “Ensaio sobre as línguas” (1905 [1825]) a palavra Po-krane significa “aleijado de pé ou mão”. Para Izabel Missagia de Mattos (2003: 145), entre os Botocudos características destoantes nos corpos serviam como analogias para particularizar cada indivíduo em sua nomeação. Pokrane seria portador de algum defeito físico.



recomendações lhe fiz, e aos mais de cessarem as hostilidades contra aqueles Índios hoje pacificados. (In: Aguiar, 2012: 282)

As guerras contra os Puri eram para vingar a morte de seus parentes, em função da feitiçaria inimiga (Ferraz, 1855: 415). Este era o principal argumento utilizado pelo chefe indígena para guerrear com seus inimigos. Pokrane também dirigia expedições guerreiras aos Botocudos do norte (Província do Espírito Santo), vistas como *'desagradáveis desinteligências'* pelo diretor dos aldeamentos do Espírito Santo (Mattos, 2004: 146). A antropóloga Izabel Missagia de Mattos explica que o objetivo dos aldeamentos no Espírito Santo era unir os Botocudos do rio São Mateus – tributário do Doce na margem esquerda – que viviam em guerra contra os Pokrane⁹ – localizados no rio Manhuaçu. As ações de Pokrane, no entanto, impediam o projeto de pacificação dos chamados Botocudos e deixavam claro o fracasso de uma 'trégua' entre indígenas na região.

Segundo Izabel Missagia de Mattos, na época houve uma tentativa de estabelecimento um acordo de paz entre os Botocudos a partir da distribuição de presentes a Pokrane e seu grupo, incumbência do diretor dos aldeamentos do rio Doce. Em nome de Sua Majestade, Pokrane receberia os presentes no território de seus inimigos, no Espírito Santo, ato que sinalizaria uma 'trégua' nos confrontos. Mas, o acordo não foi possível porque Pokrane e os seus foram para a Corte, no Rio de Janeiro, com a ajuda de Frederico Wilner, engenheiro da Companhia do rio Doce, que o visitara no aldeamento, conforme o jornal *Correio Oficial*, datado de 1840. O embaixador indígena descumpru o acordo com os diretores de índios e vai receber os presentes do próprio D. Pedro II, em São Cristóvão. Se por um lado, os jornais de época ignoram o episódio da entrega de presentes a Pokrane no Espírito Santo, por outro, oferecem informações sobre os bastidores (se comparados aos documentos encontrados nos arquivos) da permanência de Pokrane na capital do Império.

Na Corte, Pokrane alegou que 'a necessidade absoluta' de machados, enxadas, foices e outros objetos utilizados nas atividades agrícolas, para ele e os seus, além da proteção do governo imperial o trouxeram ao Rio de Janeiro, com o auxílio de Wilner "em quem deposita grande confiança" (Correio Oficial, 1840). No Rio de Janeiro, no

⁹ Como o grupo liderado por Pokrane ficou conhecido.



dia 27 de junho de 1840, ele foi apresentado ‘em grande uniforme’ a Sua Majestade Imperial e suas augustas irmãs, no paço de São Cristovão

“e foi por elle recebido com extrema affabilidade e muito interesse. S. M. I. dirigio diversas perguntas a este chefe indio, que lhe trouxe as homenagens das diferentes tribus que lhe obedeceram. Pocrane disse a S. M. que *lá no mato tinha muita saudade de ver a Poki-ajú*, que quer dizer – capitão grande. S. M. I. prometteo sua proteção a elle, e a sua gente, e mandando-lhe mostrar tudo que havia que ver no palácio... As quatro e meia horas Pocrane retirou-se, e nesta ocasião S. M. I. deo-lhe um gracioso adeos” (Correio Official, 1840. Grifo do jornal).

No retorno de São Cristovão, Pokrane foi apresentado ao Ministro do Império, a quem presenteou com um requerimento pedindo “socorros para si, e os seus ao governo imperial” (Correio Official, 1840). Não sabemos ao certo onde Pokrane ficou no Rio de Janeiro durante o tempo que permaneceu na cidade, mas ele manteve contato com importantes políticos da época e recebeu, entre os presentes, novos armamentos oferecidos pelo Imperador. Após a estadia na Corte, o chefe indígena retornaria à província de Minas Gerais, em agosto de 1841, sem nenhuma intenção de paz com relação aos grupos rivais (Mattos, 2004: 148).

Suas articulações políticas na cidade do Rio de Janeiro fortaleceram Pokrane na região do rio Doce, crescendo o temor das autoridades regionais e dos Botocudos rivais da margem norte do rio Doce, como explica Izabel Missagia de Mattos. Para a antropóloga, a ida do chefe indígena à capital do Império causou profunda decepção, sobretudo, no diretor dos aldeamentos da Província do Espírito Santo, que tinha a intenção de limitar o poder de comando do xamã. Por isso, houve uma tentativa de acordo de paz entre grupos rivais Botocudo, que seria selado com a entrega de presentes a Pokrane. Mas, ao receber os presentes do próprio D. Pedro II, principalmente os armamentos, o chefe indígena desequilibra o campo das forças na região, projetando ainda mais a sua liderança.

Segundo Izabel Missagia de Mattos (2004: 149), as relações belicosas entre os subgrupos dos chamados Botocudos revelam aspectos de sua política interna e da relação de poder entre as províncias do Espírito Santo e Minas Gerais, que disputavam limites territoriais. Com isso, a “ausência de uma linha jurisdicional bem definida entre Minas e Espírito Santo acabava por facilitar a atuação política dos índios, que



constatavam uma zona de “vazio” naquele território de transição entre poderes”. Pokrane lutou até o fim de sua vida contra seus inimigos, vindo a falecer no ano de 1848, após ser envenenado, conforme fontes orais (Aguiar, 2012), que não revelam os autores do crime. Deixou mulheres, vários filhos, entre eles Guido Pokrane e Miguel Ribas Pokrane. Na sucessão de seu comando ficaram respectivamente: Mavan Pantinan (seu irmão); Jacanac (seu sobrinho); Antonio (Ferraz, 1855: 434).

A realidade em aldeamentos e de limites territoriais precisos, de interações e conflitos com outros grupos étnicos, certamente levaram os indígenas a criação de estratégias territoriais em resposta a essa lógica espacial imposta no período colonial, como apontou Almeida (2003). Nesse contexto de transformação de territórios em terras, conceito este associado a um processo político-jurídico conduzido pelo Estado (Gallois, 2004), cabe refletir aqui menos nos impactos na concepção de territorialidade indígena, em seus padrões de ocupação territorial, do que nas respostas indígenas, criadas diante do processo crescente de usurpação de suas terras e disputas territoriais, acelerados no século XIX.

No terreno político, atores indígenas apropriaram-se da escrita, dos códigos discursivos da retórica dos não indígenas, proferiram discursos – talvez impossíveis de acessarmos – como fez Itapucu na França e, deixaram textos escritos e orais. Diferente da abordagem histórica oficial, no contexto de suas interações com o mundo não indígena, colonial ou pós-colonial, os ameríndios instrumentalizaram-se com os recursos que possuíam para reivindicar seus direitos. Mediante esses documentos:

“(…) requerem e apresentam as mais diversas solicitações, algumas delas bastantes prosaicas, relacionadas ao cotidiano, mas carregadas de significados, pois nos permitem, hoje, sondar o seu universo e reconstruir as formas como se relacionavam entre si, com a natureza, com a sociedade regional e com o próprio estado” (Freire, 2002).

Gradativamente as terras indígenas foram invadidas, dando lugar a vilas e cidades. Os indígenas expulsos de suas terras serão invisibilizados na narrativa oficial da recente nação brasileira, surgindo esporadicamente nos documentos na segunda metade dos Oitocentos não como ‘Índios’, mas como caboclos. Nesse processo de disputas por memórias, lembramos que a memória é um campo de disputas, conflitos e “é sempre negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições e sua



força constitutiva seria o fato de ela poder ser contestada a partir de novas perspectivas e evidências, ou a partir dos próprios espaços que ela bloqueou” (Huysen, 200 p.68).

Nesse sentido, discutir estratégias distintas, criadas por indígenas em contextos de interação cultural e política, no período colonial e pós-colonial, especialmente o papel de mediadores e articuladores de algumas lideranças, como o Pokrane, é de certa forma contestar essa memória oficial, é vislumbrar uma narrativa outra, onde aos indígenas seja dado o lugar de agentes históricos que dialogam com os novos tempos, seja para assimilar ou para rejeitar algumas das suas características, como evidenciou John Monteiro (2001: 3).

O estudo das mudanças nas sociedades indígenas, ocorridas desde o período colonial, vem demonstrando que a emergência de novos sujeitos históricos não é um fenômeno exclusivo da atualidade. Durante século XIX, observamos, como resultado da participação do indígena na paisagem política, a instrumentação de lideranças indígenas com diferentes recursos – a memória, a escrita, a retórica dos não indígenas – para garantir seus direitos, fundamentalmente seus territórios.

Em distintas regiões do Brasil atores indígenas, conhecedores dos processos locais, buscaram respostas oficiais para os dilemas vivenciados. Em audiências com autoridades ou por meio de requerimentos, cartas, representações, incluíram na agenda política na pauta do dia, como diríamos, o tema: povos indígenas. O caso de Pokrane não é isolado; outras lideranças, como Antônio Prudente (do Rio Grande do Sul), Francisco Rodrigues do Prado (cacique Guaná) também estiveram no Rio de Janeiro para exigirem seus direitos.

Ao longo do século XIX, outros casos também se apresentaram, inclusive no século XX. Por exemplo, os índios Dionísio Bispo dos Santos, Exidério Santos e Samado foram à Presidência da República, no Ministério da Agricultura e na Diretoria do SPI, em 1950, durante o governo de Getúlio Vargas, questionar os arrendamentos de suas terras, a não garantia dos seus direitos agrícolas. Em atitudes semelhantes, os povos indígenas continuam enviando cartas, representantes para, através do diálogo com representantes governamentais, denunciar às autoridades invasões e expropriação de suas terras, violências e toda a sorte de infortúnios, como fizeram os Guarani-Kaiowá e Terena em junho de 2013, em Brasília.



Algumas das perguntas formuladas inicialmente não foram aqui respondidas, nem poderiam sê-lo, pela exiguidade do espaço e por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento preparada para o doutorado em Memória Social.

Referências bibliográficas

Manuscritos

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

Correio Oficial, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1840.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Relatório sobre medição de terras na aldeia de São Lourenço – Niterói. Fundo: PP, Caixa 117, Maço 5.

Ofício de 14 de dezembro de 1872, da Câmara Municipal da Villa de Itaguahy (APERJ, Fundo: PP, Coleção 27, Pasta 1, Maço 1, 1864-1888).

The University of Chicago

Relatório do Ministério do Império (1840)

Bibliografia citada

AGUIAR, J. O. *Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808- 1836) A transferência da Corte portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil*. 2ª Ed. Campina Grande: EUFCG, 2012.

ALMEIDA, M. R. C. de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. *Política Indigenista no Século XIX*. In: Manoela Carneiro da Cunha (Coord.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ABBEVILLE, C. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. [1614]

DAHER, A. *O Brasil Francês – As Singularidades da França Equinocial 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

EMMERICH, C. e MONSERRAT, R. *Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas lingüísticas*. *Boletim do Museu do Índio*, Antropologia, Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, n. 3, p. 3-44, 1975.

FAUSTO, C. *Os Índios Antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERRAZ, L. P. do C. *Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francez Guido Marlière, offerecido ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil, pelo sócio Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz*. RIGHB XVIII, 1855, p. 410-417.

FREIRE, J. R. B. *Vozes Indígenas na documentação do SPI*. S. Coqueiro (org.). Rio de Janeiro:



Museu do Índio/Funai, 2002.

GALLOIS, D. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? in: Ricardo, Fany. (Org.). *Terras indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MATTOS, I. M. de. (2011) *Memória do SPI – Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Carlos Augusto da Rocha Freire (org.). Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, pp.157-167.

_____. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MONTEIRO, J. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (inédita) de Livre Docência, UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. *Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas e Coloniais*. In: Carlos Fausto e John Monteiro (Orgs.) *Tempos índios: Histórias e narrativas do Novo Mundo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

SOUZA SILVA, J. N. de. *Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro*. In: *Revista do Instituto histórico e geográfico do Brasil*, t. XVII, 3ª série, n.14, 1854.

SZTUTMAN, R. *O profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Histórias Ameríndias* (resenha de *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha, org.). São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1993, 36: 22-33.

WILDE, G. “*Fuentes Indígenas*” *En la Sudamérica colonial y Republicana Escritura, Poder y Memoria*. *Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana*, Vol. 3, N°1, 2013.